Câmara Municipal de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 30 DE 2023.
(Proponente: Vereador Policial Madril/PSC)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 15/02/23
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

REQUEIRO, nos termos que regem o art. 149, §1° do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente à Senhora Vanilse da Silva Schenfert, Secretária de Planejamento e Gestão, solicitando informações sobre possível nova admissão para serviço público no município, de servidor público demitido, seja esta admissão mediante concurso público municipal e/ou em comissão, de livre nomeação e exoneração do Senhor Prefeito Municipal e, quando for o caso, do Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, conforme dispõe o § único do art. 5° da Lei n°. 2215/91 que dispõe sobre o Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Municipais Da Administração Direta E Indireta E Câmara Municipal De Cascavel.

1. Informe se há necessidade do servidor público concursado que for demitido aguardar determinado prazo para ser novamente admitido no serviço público do município mediante submissão a concurso público ou mediante nomeação para cargo em comissão;

2. Informe se há algum caso no município em que o servidor foi demitido e reingressou no serviço público por meio de submissão a novo concurso ou mediante nomeação para cargo em comissão;

É o que Requer. Sala de Sessões.
Cascavel, 15 de fevereiro de 2023.

Policial Madril
Vereador /PSC

Justificação:

Chegou a nosso conhecimento de que o município não permite que o servidor público demitido reingresse em cargo público por meio de concurso, independente do prazo que transcorreu desde a demissão, mas que há casos em que o servidor concursado foi demitido voltou a prestar serviços ao município mediante nomeação para cargo em comissão.

Sendo assim, o presente requerimento busca obter informações acerca das razões que levam um servidor demitido ser impedido de reingressar no serviço público no município por meio de concurso, mas, por outro lado, se permitir que ele possa ser admitido mediante cargo em comissão.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA